



Câmara Municipal de NISA

- ESCLARECIMENTO -

Para que dúvidas não subsistam sobre qual é a posição dos Vereadores sem Pelouro na Assembleia Municipal, transcreve-se a Lei em vigor sobre esta matéria - Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, artº 48º:

"nº 3 - Os Vereadores devem assistir às Sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal"

"nº 5 - Os Vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra"

Em conclusão, são três as situações em que os Vereadores podem intervir nas Sessões da Assembleia Municipal:

- 1ª - Quando todos os membros da Assembleia Municipal (Plenário) o solicitem;
- 2ª - Quando o Presidente da Câmara permitir;
- 3ª - Para defesa da honra.

Como ensina o Prof. Jorge Miranda (in "Constituição da República Portuguesa, Tomo I, pág. 289, Coimbra Editora"), "as questões relativas ao bom-nome e à reputação podem assumir contornos específicos quando se trate de crítica política, pois aí a liberdade de comunicação cumpre também uma função político-democrática. A resposta deverá em qualquer caso passar pela distinção entre a discussão política, por um lado, e a mera ofensa pessoal desnecessária, inadequada ou desproporcionada ao debate político democrático por outro".

Só quando haja a imputação de um facto ou a formulação de um juízo inequivocamente ofensivo do bom-nome ou reputação da honra do visado, terá este o direito da defesa da honra.

Paços do Concelho de Nisa, 11 de Outubro de 2016

A Presidente da
Câmara Municipal de Nisa,


(Maria Idalina Alves Trindade)